

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário - Fozes e Lacerda-MT

RG N.º 00114 464

Data 05 / 02 / 2007

() Compra (x) Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
INSTITUTO DE LINGUAGEM
DEPARTAMENTO DE LETRAS

BRASIL: O PAÍS DA DEMOCRACIA RACIAL?

CLEIDE ANDRADE RIBEIRO

PONTES E LACERDA - MT
2006/2

346.647.8
R4848
E204
C92568922

CLEIDE ANDRADE RIBEIRO

BRASIL: O PAÍS DA DEMOCRACIA RACIAL?

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras, apresentado ao Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Letras sob a orientação da Profª. Ms. Sílvia Regina Nunes.

Pontes e Lacerda -MT
2006

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado e defendido perante a seguinte banca examinadora:

Prof. Msc. Teresa Pazos da Silva

Profª. Ms. Marlene Flores de Souza

Profª. Ms. Sílvia Regina Nunes (Orientadora)

Pontes e Lacerda – MT, 20 de dezembro de 2006.

*O silêncio não são as palavras silenciadas
que se guardam no segredo, sem dizer. O
silêncio guarda um outro segredo que o
movimento das palavras não atinge.
(M.Le Bot, 1984 in ORLANDI, 200:72)*

A um casal de negros guerreiros:
MEU PAI e MINHA MÃE e aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, à Deus.

Aos meus filhos e esposo, pelo entendimento de minhas ausências;

A minha mãe que sempre cuidou dos meus filhos enquanto estudei e que sempre me incentivou aos estudos;

A mana Cleunice Andrade, pelas broncas, dicas de correção, amizade e ensinamentos;

A todos os meus familiares;

Aos componentes da banca, pelos apontamentos para a melhoria do trabalho;

A todos os amigos e pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho é resultado de várias leituras em que tentamos compreender como se materializa o preconceito racial no Brasil, especialmente dentro da instituição escolar e nos materiais didáticos utilizados pelos professores, em particular os da rede pública.

A pesquisa teve como objetivo analisar como a Lei 10.639/03 (que dispõe sobre o ensino da História e Cultura dos Afro-descendentes) está sendo cumprida pelos livros didáticos e nas instituições de ensino.

Discutimos sobre a noção de preconceito e utilizamos conceitos de alguns autores como: Faria e Silva. Refletimos acerca do funcionamento e conseqüente instauração de sentidos da imagem do negro no livro didático e na Literatura Infantil, utilizando para isto noções teóricas desenvolvidas por Orlandi (2002) tais como o silêncio e as formações imaginárias.

Para a análise utilizamos textos de dois livros didáticos: o primeiro publicado em 1999 e o outro publicado em 2004, portanto, um antes e o outro um ano após a publicação da Lei 10.639/03. Os resultados apontam que, após a publicação da referida lei, iniciou-se um processo de incorporação de temas relacionados à cultura e a história afro-descendente em alguns materiais didáticos em circulação. Esta incorporação materializa-se na presença de textos e imagens que abordam a estrutura familiar do negro, tais como: casamento, modo de educar os filhos, relacionamento familiar, a miscigenação (casamento entre negro e branco), a ascensão profissional, entre outros.

Palavras-chave: livro didático, lei 10.639/03, negro e silêncio.

INTRODUÇÃO

Objetiva o presente trabalho abordar o preconceito racial em nosso país tomando como recorte específico de análise a forma como são mostrados os sujeitos oriundos de diferentes descendências raciais, dentro do livro didático. Sendo este praticamente o único material disponível para os alunos de escolas públicas, muito contribui para a formação de crianças e adolescentes no contexto escolar.

Nossa intenção não é tecer críticas ao livro didático, mas levantar reflexões acerca do por que o mesmo não trabalha de uma maneira que possa contribuir para a diminuição do preconceito em nosso país. Acreditamos que se os autores e ilustradores dos livros didáticos tivessem uma visão menos preconceituosa ao lidar com as diferenças que temos tanto raciais, culturais, enfim com as diferenças existentes no Brasil e no mundo, dariam uma grande contribuição para formarmos uma sociedade mais justa e menos preconceituosa em relação a qualquer tipo de diferença. O indivíduo que é vítima do preconceito não tem uma participação plena na vida cultural e social, porque tem tendência a se esconder do “mundo”.

Esperamos que a partir dessas leituras específicas sobre o preconceito racial, possamos contribuir de alguma maneira para o meio educacional, fazendo com que o educador realize uma reflexão sobre o seu trabalho em sala de aula. Acreditamos que o mais importante é compreender que no Brasil temos sim um racismo disfarçado de democracia racial e, portanto, devemos acabar com esse silenciamento e começarmos a agir para a emancipação dos negros desse país que muito contribuíram para o seu desenvolvimento.

Com base na afirmação de Faria (1995) de que “o livro didático atua como difusor de preconceitos” resolvemos analisar textos de dois livros didáticos para compreendermos se tal afirmação procede.

Analisaremos textos dos seguintes livros didáticos: Curso Completo de Português, dos autores Antônio de Siqueira e Silva e Rafael Bertolin, publicado em 1999, pela editora IBEP. Esse livro é destinado aos alunos do ensino médio. O outro livro onde também analisamos dois textos é destinado às crianças da 1ª série do ensino fundamental, é um livro da disciplina de História dos autores: Rosaly Braga Chianca e Francisco M. P. Teixeira, (2004), publicado pela editora Ática.

A partir das análises dos textos e imagens (não só gráficas, mas as formações imaginárias) existentes nos referidos livros, objetivamos saber se os mesmos estão adequados ao que normatiza a lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Afro-descendentes.

1 A REPRESENTAÇÃO NEGATIVA DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Segundo Faria (1994), “o livro didático atua como difusor de preconceitos”. O índio, por exemplo, é visto como um “selvagem” que desconhece o progresso e só aparece no livro didático no “Dia do Índio”. Do mesmo jeito o negro é tratado no livro didático, é citado como escravo, mas não se dá ênfase a história do negro, como ele chegou ao Brasil, as contribuições que ele deu com seu trabalho escravo, com sua cultura. Normalmente é lembrado, também, somente, no dia 13 de Maio, dia em que se comemora a “Abolição dos Escravos”.

Uma outra maneira em que o livro didático apresenta o negro é quase sempre em profissões de menos destaque, ou seja, em serviços como: cozinheira, doméstica, lixeiro e outros semelhantes. Também é estigmatizado como bandido e causador de confusão. Silva (2005) comenta que:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.”(SILVA,2005,p.57).

Acreditamos que se faz necessária uma discussão sobre a forma discriminatória como a imagem do negro é reproduzida pelos livros didáticos, pois o objetivo principal desses materiais didáticos deveria ser o de esclarecer e sensibilizar as crianças e adolescentes da importância de se respeitar as diferenças.

De acordo com Rangel (2001),

(...) o livro didático deveria contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno. (RANGEL, 2001. P.13).

Para combater a discriminação é preciso estimular a busca pela cidadania e desta forma produzir meios para lutar contra todos os tipos de preconceitos e todas as formas de discriminação, tanto no contexto escolar, como em todo e qualquer lugar onde ele se fizer presente.

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, foi a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Conselho Nacional de Educação (CNE). Para ela, as desigualdades raciais na educação permanecem não por causa da falta de acesso ao ensino básico, mas pela ausência de uma política que estimule a permanência do aluno negro em sala de aula.

Segundo Silva o racismo e a falta de imagens positivas do negro nos livros didáticos são elementos que expulsam a criança negra da escola. (*on-line*, 2005).

Ressalta também, a professora, que o problema se dá pela falta de conhecimento real da história dos negros no Brasil. Porque a história começa na África, e não com a chegada dos escravos em solo brasileiro.

De acordo ainda com Silva, inúmeros estudos têm mostrado que o racismo expulsa a criança negra da escola. O primeiro estudo foi feito em 1985, pelo professor Luiz Roberto Gonçalves da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e falava sobre o silêncio do professor.

O estudo mostra que a criança negra sofre discriminação dos colegas, mas o professor não sabe como lidar com isso ou não vê (silencia). Mas, para Silva (2005) o problema não é só do professor, pois há uma ausência absoluta de imagens positivas da população negra nas escolas. E no caso do povo negro, a história no Brasil não é devidamente apresentada ou discutida de forma reflexiva. Outro agravante são as imagens de negros em livros didáticos onde os mesmos aparecem quase sempre de forma negativa. E essa forma depreciativa com que se trata a população negra faz com que o estudante se afaste da escola porque não se identifica com ela.

É muito importante que o professor e também a instituição escolar tenham um olhar crítico sobre determinadas histórias que podem contribuir negativamente para a formação da criança, uma vez que podem ressaltar as diferenças entre as pessoas, ao invés de contribuir para a formação dos alunos.

Sabemos que muitas vezes os preconceitos aparecem de modo tão sutil que reforçam a forma negativa como a sociedade lida com o que é diferente do padrão que a própria sociedade estabeleceu como o certo, o bom ou o bonito.

1.1 Literatura infantil: disfarçando o preconceito

Em seu artigo intitulado *Histórias infantis rimam com teatro e respeito às diferenças*, Andrade (2003) considera que a Literatura Infantil é de fundamental importância no trabalho com crianças, tanto na alfabetização intelectual como na alfabetização estética, pois valoriza a fantasia, o lúdico e a expressão dos sentimentos.

A autora comenta que após levar para a sala de aula a história do Patinho Feio, depois da leitura do livro e da análise das gravuras os alunos detectaram no texto a existência do preconceito e da intolerância com as diferenças. “- Olhem só que bichinho feio! Não pertence a nossa raça! Diziam dando bicadas no pobrezinho...” (2003, p.37).

Segundo a autora, ao trazermos essa situação para a nossa realidade, especialmente para a escola pública, vamos encontrar crianças afro-descendentes que sofrem como o patinho feio, pois convivendo com seus iguais, sofrem piadas e agressões. Essas crianças sofrem o peso da discriminação por terem suas características étnicas diferentes dos demais alunos. “Passam por situações constrangedoras e pela intolerância por parte dos colegas que manifestam racismo: reflexos negativos de como a família e mesmo a escola lidam com a diversidade”. (ANDRADE: 2003, p.36.).

É necessário conversar com os alunos sobre as diferenças étnicas, sociais, culturais, religiosas, para que saibam da importância de respeitar as pessoas.

Andrade (2003) cita outros textos como: o Negrinho do Pastoreio, a letra da canção do Boi da Cara Preta, que têm um sentido distorcido sobre a imagem do negro, e que são usadas para amedrontar as crianças.

Na opinião da autora, a literatura infantil precisa ser um meio de acesso para a reescrita e a releitura do mundo. Ela sugere um livro para ser trabalhado em sala de aula: *Menina Bonita do Laço de Fita*, da autora Ana Maria Machado publicado pela Editora Melhoramentos (2005). Nesse livro, é possível, através de uma leitura coletiva explorar os desenhos, que ressaltam a beleza da criança negra, que é própria de sua etnia. Nas palavras de Andrade (2003):

Utilizando livros como esse de Ana Maria Machado, não só vamos contribuir para melhorar a auto-estima de crianças negras, como vamos mostrar a possibilidade das diferenças étnicas contribuírem para um relacionamento harmonioso e a importância do respeito para com os outros, a fim de nos tornarmos melhores como seres humanos. (ANDRADE: 2003, p.36).

A presença dos estereótipos nos livros didáticos pode promover a exclusão, mas o professor pode ser um mediador, fazer uma reflexão crítica sobre a maneira como a maioria vem recorrendo passivamente ao uso desse material didático, sem o relacionar com o objetivo proposto que nem sempre colabora para a formação de cidadãos conscientes da necessidade de respeitar as diferenças.

De acordo com Silva (1987)

A presença do negro nos livros, freqüentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão, contar algo do que foi a organização sócio-político-econômica e cultural na África pré-colonial; e também a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (SILVA, 1987, p.25)

Outro autor que também faz uma análise do preconceito é Sant'ana (2005) segundo ele é preciso fazer uma análise do passado para entender o presente, e comenta que:

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor. (SANT'ANA:2005, p.42).

O autor faz uma citação de um argumento de Aristóteles, citado já no século XV, para justificar a escravidão dos negros e dos índios. Vejamos:

Uma parte dos homens nasceu forte e, resistente, destinada expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte os senhores, nasceu fisicamente débil; contudo, possuidora de dotes artísticos, capacitada, assim, para fazer grandes progressos nas ciências filosóficas e outras. (ARISTÓTELES *apud* SANT'ANA: 2005 p.43).

Sant'ana (2005) cita também Cícero que não concordava com esse pensamento preconceituoso de Aristóteles e por isso assim o contradiz: “Os homens diferem em conhecimento, mas são todos iguais na capacidade de aprender; não há nenhuma raça que, guiada pela razão, não possa chegar à excelência” (CÍCERO *apud* SANT'ANA:2005, p. 43).

Podemos considerar que, apesar de terem se passado quase 120 anos da abolição e do Brasil possuir mais de 90 milhões de pessoas negras, essa população é praticamente invisível.

Com certeza, essa situação acontece devido a pensamentos preconceituosos, como este de Aristóteles, por exemplo. Tanto tempo após a abolição da escravidão, sabemos que não houve mudanças significativas, pois os negros continuam desenvolvendo os trabalhos mais pesados, têm menos anos de estudo que os brancos e são poucas as pessoas negras que ocupam cargos de destaque nos fóruns, nas universidades, no parlamento e também na televisão, porque, segundo muitos, o negro continua sendo considerado incompetente para ocupar certas posições na sociedade.

2.O NEGRO E O SILÊNCIO

Segundo Orlandi (2002, p.55) “Há uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”, ou seja, o silêncio recorta o dizer.” Ao nos embasarmos na teoria de Orlandi sobre o silenciamento, constatamos que é possível que determinados autores de livros didáticos, bem com de outras obras literárias, optem, acreditamos que talvez até inconscientemente, por não escreverem a história dos negros, como chegaram ao Brasil, o sofrimento dos escravos e a contribuição que deram com o seu trabalho à nação, talvez por vergonha mesmo, pois sabemos que essa história não é bonita para ser contada na íntegra, pelo contrário, é revoltante e vergonhoso esse momento para o Brasil, que foi o último a abolir a escravidão.

Concordamos com a autora que ao dizer “uma” coisa, deixamos de dizer “outras”. Ao dizer que o negro é inferior ao branco, que ele é preguiçoso e várias atribuições pejorativas em relação ao negro que o colocam à margem da sociedade brasileira, deixamos de dizer “outras”, por exemplo, a importância que o negro teve na construção do país. Ainda de acordo com a autora: “Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam”. (p.14).

Sabemos que mesmo havendo esse apagamento na história da raça negra, o pouco que conhecemos através dos livros é quase sempre pela ótica do branco (que às vezes florescia a história para torná-la um pouco mais “suave”), mas nem por isso a história deixa de significar. Segundo Orlandi (2002, p.63), “com ou sem palavras, este silêncio rege os processos de significação”. Não nos referimos a essa história contada por alguns autores que ameniza os fatos cruéis que ocorreram no período da escravidão, mas da “real” história dos negros, desde quando foram trazidos de seu país de origem, para se tornarem escravos no Brasil. Orlandi (2002), afirma que:

(...) os sentidos da negritude ou do feminismo silenciados em sua expressividade social própria significam de outro modo; na umbanda, na capoeira ou na moda, numa forma de fazer literatura... Se ao falar sempre afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”. (ORLANDI: 2002,160).

Acreditamos que, no caso do negro, não é necessário nem perguntar o que ele “cala”,

porque essa resposta não nos parece difícil, para entendermos o que deve ser silenciado, especialmente no livro didático que é o nosso objeto de pesquisa, sabemos que de modo geral, ele omite o processo histórico dos segmentos considerados subalternos da sociedade, tais como a mulher, o índio e o negro, entre outros.

É possível observar também como a questão do negro é silenciada sobre vários aspectos, podemos citar alguns: o próprio livro didático quando aborda a questão do negro é normalmente estereotipado, o Saci Pererê é negro, é o boi da “cara preta” que amedronta as crianças, não vimos nenhuma princesa negra, talvez uma bruxa, pois o negro só aparece assim ou em trabalhos considerados inferiores. O negro aparece como a cozinheira, temos um exemplo na obra de Monteiro Lobato: a tia Nastácia é negra, e o seu papel é de cozinheira, fora destas situações o negro praticamente não é mencionado, não é visto em papel de destaque, é como se o mesmo não fizesse parte da história do país, como se ele não tivesse família, emprego, enfim, uma vida normal como a maioria das pessoas brancas.

Outra forma de silêncio acontece em sala de aula, é comum as crianças negras sofrerem discriminações por parte de seus colegas brancos e os professores silenciarem a questão do racismo num momento propício para trabalhar a pluralidade cultural e a importância de respeitar as diferenças, sejam elas de classe social, racial, etc.

Gostaríamos de comentar uma entrevista da atriz global Taís Araújo ao programa televisivo da Rede Globo, Fantástico, ocorrida no dia quinze de outubro de dois mil e seis. A atriz conta as dificuldades que enfrentou nas escolas particulares onde estudou. Segundo Taís, ela era a única negra e por isso os alunos brancos perguntavam se quem pagava a escola era a patroa de sua mãe. A atriz fez um desabafo: sonha com o dia em que o preconceito racial acabe e que ela possa atuar em qualquer papel, sem que seja necessário usar a cor como característica do personagem, Taís cita as novelas onde atuou como protagonista: Chica da Silva e Da Cor do Pecado. Em Chica da Silva: a novela narra a história real de uma negra que viveu na época da escravidão, ela foi criada por um coronel, foi solidária com a luta dos escravos, chegando a acolher muitos deles em sua casa. Chica da Silva era uma negra livre, bonita e com uma inteligência brilhante, por isso despertava ódio nas mulheres brancas da época. A novela Da cor do Pecado, apresentava no papel principal uma negra que se relacionava com um rapaz branco e de classe social diferente da sua, por isso sofria preconceito em dobro, por ser negra e se relacionar com um branco, e por ser pobre e o namorado rico. As pessoas não acreditavam que o

seu relacionamento fosse por amor e sim por interesse financeiro. Esse depoimento de Taís Araújo reforça a idéia de que o negro só aparece em certas ocasiões que requer sua imagem “de negra”. Conforme Orlandi (2002, p.164). “O sujeito não se vê como interpretando, mas como ‘dando sentido’. Porque pode estar em silêncio, porque pode significar em silêncio”. Quando uma novela não trata do negro, dificilmente um negro aparece em papel de destaque. Para Orlandi (1999) é importante a análise das palavras, pois elas podem significar de maneira diferente no discurso. Segundo a autora (1999, p.39). “Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros”.

A partir desta idéia podemos “entender” o porquê do discurso de que o negro é inferior ao branco, de que ele nasceu para o trabalho pesado e vários argumentos que são usados para justificar a escravidão do negro no passado, bem como as situações de preconceito racial ao qual ainda estamos submetidos, ou seja, estamos acomodados ao argumento da “inferioridade natural” do negro, devido ao discurso que vem desde a Antigüidade, mas que ainda constitui-se no discurso atual e que, provavelmente, ainda ecoará em discursos posteriores. Orlandi (1999, p.41), afirma que: “As identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia.” Com base nessa afirmação, temos um questionamento com relação ao negro: será que a raça negra não possui uma identidade positiva devido a forma como foi e ainda é construída a sua identificação e o imaginário que o “branco” tem sobre o negro? Acreditamos que ao longo da nossa história, o preconceito, a discriminação racial, as opiniões e as certezas de superioridade por parte do branco, construíram, no imaginário social, o lugar que caberia a cada um, e por isso permanece até hoje como era, ou seja, o branco ficou com o trabalho intelectual e o negro continua desenvolvendo o trabalho braçal. Sabemos que quase sempre os negros são identificados, também, pela classe social, tornando sinônimos os termos preto e pobre.

Para Orlandi (1999):

É bom lembrar na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. (ORLANDI: 1999, p.42).

Realmente a imagem tem força e mostra o que as palavras não dizem, por exemplo:

às vezes um livro didático traz a imagem de uma negra trajando lenço e avental e uma mulher branca bem vestida no papel de patroa, mesmo que o texto não diga nada sobre o negro, às vezes, essa imagem fala por si, ou seja, sabemos que isso é resultado da herança da escravidão, pois ao abolir a escravatura, enterraram também as oportunidades de ascensão do negro, que ainda hoje, mais de cem anos depois da abolição sofre a desigualdade social, e não tem as mesmas oportunidades que os brancos têm.

Podemos dizer que os negros ficaram livres da dor física dos açoites, mas continuam chicoteados moralmente em busca da igualdade social. Orlandi (1999, p.42), ressalta que os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. Assim, quando o mercado de trabalho exige uma “boa aparência”, as palavras não dizem, mas podemos entender que se trata quase sempre da imagem de uma pessoa branca, de preferência com um corpo bem definido e olhos claros, por exemplo. A autora ainda sustenta que: “Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.” (ORLANDI: 1999, p.43). E essas formações discursivas estão em relação constante com as formações imaginárias que formamos sobre o negro, que é o objeto de nossa análise.

Sabemos que a ideologia constituída em torno do negro, já deixa marcada em seus discursos o que não se pode dizer com palavras, por exemplo: uma empresa ao anunciar que precisa de pessoas com “boa aparência”, não pode escrever que negros, gordos, idosos, estão excluídos, no entanto, todos sabem disso, pois o imaginário sobre a aparência já está constituído na sociedade.

3 A LEI N.º 10.639/03

No período da escravidão, os negros não tinham horário para fazerem suas refeições, nem para dormir e eram vendidos a qualquer momento, sendo separados de sua mulher e dos seus filhos. No dia 13 de Maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, lei esta que abolia a escravidão no Brasil, tornando os brasileiros "todos iguais".

Faria (1994, p.38), comenta que: "Iguais na cor não foi. Então ficaram iguais em que? Na verdade, trata-se da igualdade jurídica, ficaram iguais, ficaram livres como os outros para vender sua força de trabalho".

Concordamos com a autora, de que os negros ficaram livres como os brancos pobres para vender sua força de trabalho, porém o negro teve sua situação mais complicada logo após a abolição, porque não tinha para onde ir, outro agravante foi a contratação da mão-de-obra européia que deixou o negro sem campo de trabalho, ou seja, enquanto era escravo seu trabalho tinha valor para enriquecer os senhores proprietários de terras, porém quando puderam vender sua força de trabalho foram substituídos por povos de origem branca. Faria faz uma citação de Marx sobre a liberdade dos negros. Vejamos: "Livres das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livres também de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, livres de toda propriedade." (MARX *apud* FARIA: 1975 p.104).

Como sabemos, no período da escravidão, os negros não tinham acesso à educação e após a abolição tiveram que lutar pela sobrevivência e por isso, ao invés de estudar, continuaram a trabalhar. Sem poder estudar, eles só desenvolviam trabalhos pesados, pois não tinham "instrução" para desempenharem trabalhos leves, com isso ficaram à margem da sociedade.

Todos deveriam ter a mesma igualdade de direitos, independente da classe social ou racial, mas a realidade é outra, por isso ser negro é ter definida quase sempre a posição social. Os dados do IBGE mostram que a quantidade de negros pertencentes à classe média é bem inferior ao da classe branca. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), temos 54% da população branca e 45% de cor negra (pretos e pardos). E uma pesquisa do IPEA revela que temos 63% da população pobre e 70% da população indigente formada por negros. Além disso, 60% dos negros brasileiros estão na faixa do analfabetismo e apenas 18% da população negra tem possibilidade de ingressar na Universidade, enquanto a população branca tem 43%; e os negros

são os primeiros a entrar no mercado de trabalho e os últimos a saírem (CAIXETA, 2003, p.63). E ainda temos a idéia de que no Brasil não existe racismo, que vivemos numa democracia racial, o que só serve para mascarar/silenciar a situação e dificultar a ascensão social dos negros. De acordo com Lopes (2006, p.19):

No entanto, a marca do preconceito e da discriminação racial está contida na desigualdade de acesso às posições sociais e nos baixos índices sócio econômicos da população negra- mestiça o que nos mostra a necessidade de ampliar o entendimento dessas relações e de como o preconceito racial opera em nossa sociedade. (LOPES, 2006, p.19).

O Brasil sustenta a imagem de um país cordial, de um povo pacífico, onde se respeitam as diferenças raciais e religiosas, mas basta olharmos as oportunidades oferecidas aos negros, mulatos e índios, para ver que essa democracia racial é apenas mito.

Se olharmos bem a nossa volta, veremos a qual grupo racial pertence a maioria dos meninos de rua, veremos as condições em que vivem e trabalham os brancos e os negros, a pequena quantidade de negros nas profissões de médicos, padres, gerentes de bancos, apresentadores de televisão e políticos, por exemplo.

Carneiro (1998) afirma que:

No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade, se pensarmos bem, é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada. O racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe de onde vem. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nas democracias (CARNEIRO, 1998, p.5).

Com base nos comentários acima, constatamos que é necessária uma mudança na mentalidade das pessoas a respeito da diversidade, pois o Brasil é constituído por três raças: branco negro e índio. Acreditamos que é possível que um dia possamos viver num país, em que a democracia racial não seja apenas utopia de uma raça tão sofrida devido à intolerância de seus “semelhantes” que se julgam superiores por terem a pele branca. Mas para que isso venha se tornar realidade precisamos urgentemente começar a trabalhar na educação a construção de identidades e a formar cidadãos críticos e acima de tudo conhecedores dos seus direitos E que não seja preciso criar leis para “proteger” os diferentes, e nestes diferentes podemos incluir os pobres, as crianças, os idosos, os negros, a mulher e tantas outras minorias.

Entre as leis criadas para garantir os direitos dos negros podemos citar a lei 10.639/03. Essa lei foi criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003. Em seu teor a lei altera a lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira, mais precisamente mudam os artigos 26-A, 79-A e 79-B.

A nova redação do Art. 26-A diz:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras:

S 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estatuto da história e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e política pertinente à história do Brasil.

S 2º Os conteúdos referentes à história e cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar , em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art.79-B. O calendário incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra (Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03, 2005)

Após essa lei, o dia 20 de novembro tem sido uma data comemorada nas instituições escolares, assim como o dia 13 de Maio. Fora dessas datas pouco se ouve falar sobre o negro. Mas é importante ressaltarmos que o dia 20 de novembro só foi oficializado por Dia da Consciência Negra depois de muitas lutas dos Afro-descendentes pelo reconhecimento do herói negro Zumbi dos Palmares.

Resta-nos uma pergunta: Que consciência? Será que está existindo consciência por parte dos brasileiros brancos e negros de que precisamos acabar com o desrespeito, com os maus tratos aos negros? Ou será que basta criar uma data para se comemorar o dia da consciência negra? Acreditamos que essa luta deve ser diária e não somente no dia 20 de novembro, é um fato a se pensar, será que essa “dita” consciência não reforça ainda mais as diferenças? Uma certeza devemos ter: é preciso tomarmos consciência da necessidade de lutarmos por mais igualdade social. É fundamental o cumprimento dessa lei, ou seja, não deixá-la apenas no papel, ou perderemos uma grande oportunidade de vermos a história do negro conhecida na íntegra. Segundo Santos:

Mesmo que a partir desse ano de 2005 se possam qualificar de forma ampla os professores de ensino fundamental e médio para ministrarem disciplinas sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, não podemos ficar dependendo somente desse processo de qualificação. É fundamental que as universidades já formem professores qualificados para uma educação anti-racista e não eurocêntrica. Portanto, faz-se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e /ou currículos das licenciaturas universitárias, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da Lei nº 10.639/03. (SANTOS: 2005, p.34).

Sabemos que o ideal seria convivermos pacificamente com todo tipo de diversidade, mas o ser humano possui muita resistência para respeitar as diferenças, por isso há necessidade de criar leis para os diferentes. Embora a lei deixe nítida a obrigatoriedade do ensino sobre a história do negro, corremos o risco de ver essa lei cumprida apenas burocraticamente, reforçando assim as situações de preconceito racial às quais estamos submetidos.

Não precisamos ir muito longe para ver o que está acontecendo com o cumprimento da Lei, o MEC (Ministério da Educação e Cultura), oferece um curso para a formação dos professores com o objetivo de prepará-los para cumprir a lei, o órgão fornece o material pedagógico e pessoas qualificadas para ministrar o curso, porém é grande a falta de interesse por parte de alguns professores que ministram as disciplinas estabelecidas pela nova lei para trabalhar os conteúdos referentes à história e cultura Afro-brasileira, alguns parecem estar resistindo nessa busca por novos conhecimentos em sua aplicação na sala de aula. O curso que está sendo ministrado atualmente na cidade de Pontes e Lacerda, por exemplo, oferecido pelo MEC, chama-se Educação Africanidades Brasil. Nossa reflexão de que não está havendo muito interesse por parte dos professores está baseada no pequeno número de professores que se matricularam no curso, e nos poucos que freqüentaram as aulas até o término dele.

Em busca de poder contribuir para um mundo cidadão,

As Diretrizes Curriculares Nacionais (*on-line*, 2006) para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana propõem que sejam destacadas as atuações de negros e seus descendentes em diferentes áreas do conhecimento, de situação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social. (LOPES, *online*, 2006).

Sabemos que não há leis que possam erradicar o preconceito racial cultivado ao longo da história, mas muito mais do que isso, precisa acabar com o mito de que não temos preconceito no Brasil. Segundo Caixeta (1998, p.51),

O mito da democracia racial adentrou a Escola e está adormecido nas consciências. Ele entrou pelo portão e, agora, habita os espaços entre as carteiras da escola e com frequência se estabelece na lousa, e até nos livros didáticos. (CAIXETA, 1998, p.51)

4. O PRECONCEITO NO LIVRO DIDÁTICO

Segundo Faria (1994, p.6.), “O livro didático atua como difusor de preconceitos”. Com base nessa afirmação, decidimos analisar textos de um livro didático produzido antes e um após a criação da lei n.º. 10.639/03. Esta lei estabelece que as diretrizes e Bases da Educação Nacional, devem incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

O primeiro texto a ser analisado está no livro didático: “Coleção Horizontes; Curso Completo de Português” (1999), dos autores: Antônio de Siqueira e Bertolin. O nosso objeto de análise é um conto de Machado de Assis: Pai contra Mãe. Esse conto está publicado no referido livro didático, mas não está completo, por isso fomos buscá-lo na íntegra para ver se o autor do conto (Machado de Assis) demonstrava de alguma maneira sua indignação com a monstruosa história da escrava fugitiva do conto em análise. Verificamos que sim, pois ele inicia o conto falando sobre os aparelhos que existiam para torturar os negros, porém os autores do livro didático analisados não mencionam nada a esse respeito, porque o foco da história não é trabalhar o problema dos escravos, mas do homem que tinha o ofício de pegar escravos fugitivos.

Sabemos que Machado de Assis era mulato, portanto descendente de negros. Acreditamos que por esse motivo a escravidão o tenha incomodado a ponto de escrever o referido conto como forma de denunciar, de maneira muitas vezes irônica, a violência que foi a escravidão.

Mas o nosso objeto de análise são textos de livros didáticos, por isso queremos mostrar o modo como o livro didático apresenta o negro, ou melhor, na nossa hipótese como ele silencia esse assunto.

De acordo com Orlandi (2002, p.55), “Há uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer outras”.

O texto Pai contra Mãe narra a “triste” história de um homem que tinha o ofício de pegar escravos fugidos e que quando é ameaçado de despejo, e sem ter condições de criar o filho recém-nascido, vai à procura de Arminda, uma escrava fugitiva que lhe renderia uma boa gratificação caso ele a encontrasse. Com o dinheiro da gratificação, Cândido Neves (o homem

que tinha o ofício de pegar escravos), estaria livre do despejo e livre também do desespero de ter de doar o filho a uma entidade.

O modo como o conto é narrado leva-nos a pensar que o coitado, o sofredor, é ele, (Cândido Neves) que está prestes a perder um filho, e que sua única saída é pegar a escrava fugitiva e devolvê-la ao “dono”.

Ao colocar o desespero do pai para não perder o filho, o texto silencia a dor da escrava que fugiu devido aos maus-tratos que sofria com a crueldade do seu “proprietário”. É de causar indignação e revolta saber que o ser humano, por ser negro, era submetido à escravidão, à violência de ser chicoteado, amarrado com cordas, separados de seus filhos, enfim passar por tudo que passaram os negros, só por terem a pele diferente da dos brancos. Eram tratados pior do que os animais.

Outro fato intrigante também, além da violência contra os negros narrada nesse conto, é a forma como o livro didático silencia essa violência, porque a principal função desse material deveria ser a de contribuir na formação dos alunos, portanto, acreditamos que os autores dos livros didáticos deveriam aproveitar a importância desse material, trabalhando de forma positiva temas relacionados à ética, à cidadania, enfim, contribuir na formação dos educandos, especialmente os da escola pública que normalmente dependem exclusivamente desse material. É fundamental que o livro didático trate das diferenças, de um modo que respeite todas elas e que incentivem os alunos a também respeitarem as diferenças de seus colegas, independente de classe social, racial ou quaisquer que sejam as diferenças.

O fato do conto não tratar o racismo explicitamente, não o torna menos agressivo, apenas silencia a temática negra, num momento em que seria propício para tratá-la. Conforme Orlandi (2002, p 63), “Com ou sem palavras, este silêncio rege os processos de significação.” Pensamos que ao usar este conto em um livro didático, o autor tinha em mãos uma ótima forma de abordar o tema do racismo e as condições desumanas em que os negros viviam.

O foco do texto centra-se sobre a história de Cândido Neves, não se dando ênfase à forma brutal como o negro era tratado no período da escravidão, contudo nem por isso a história da escrava deixa de significar no referido texto.

Para começar; o livro didático não traz o conto na íntegra, porque no início do conto original Pai contra Mãe, o autor começa narrando a existência dos aparelhos que existiam para torturar os negros. (on-line, 2006) tais como: o ferro ao pescoço, outro ferro ao pé e também uma

máscara que tinha três buracos, dois para ver, um para respirar, que era fechada atrás da cabeça por um cadeado.

O conto diz que:

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era repreendida; havia alguém da casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói (ASSIS, ON-LINE, 2006).

Não acreditamos que algum negro gostou de ser escravo, é possível que o escritor escreveu desta maneira irônica, porque tinha alguns “donos” de escravo, que se julgavam bons. Pois ninguém pode gostar de sofrer agressões físicas, de não ter liberdade para ir onde quiser, e de não ser livre, só por ter a cor da pele diferente dos que se diziam seus “donos”. Outra questão que merece ser analisada é essa afirmação: “Havia alguém de casa que servia de padrinho e mesmo o dono não era mau; além disso, o sentimento de propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói” (ASSIS, *on-line*, 2006). Será que existia mesmo dono “bonzinho”? Segundo o conto alguns “donos” de escravos tinham tanta bondade que tinham dó de espancar “muito”, porque negros custavam dinheiro para eles; e dói perder dinheiro, por isso eram tão bondosos e algumas vezes moderavam o castigo de seus escravos.

É vergonhoso para o Brasil este momento em que ações preconceituosas e desumanas como estas em que um ser humano é tratado como uma propriedade de alguém, um objeto, um animal, e mesmo assim ainda havia alguns “donos” de escravos que se julgavam bons, porque não os castigavam. A escravidão em si já era uma vergonha, um ser humano escravizar outro só porque esse outro possui a cor da pele diferente. Apesar de não terem o devido valor, sabemos que os negros trabalhavam de sol a sol para enriquecerem seus donos. Contudo, poucos livros didáticos mencionam essa contribuição que os negros deram para a construção do país, ao contrário, após a abolição da escravatura os negros ganharam adjetivos pejorativos: encenqueiros, preguiçosos e incapazes de exercer trabalhos intelectuais. Segundo Silva (2003):

Desde a época da escravidão dos negros, a cultura negra foi marginalizada, fazendo com que os afro-descendentes driblassem a fúria legal para poder se expressar conforme seus costumes e raízes, perdendo sua identidade, que hoje, por ironia, é explorada comercialmente por governantes e empresários e vendidas para consumo como peça fundamental da cultura brasileira, que nem sempre são associadas à contribuição do negro.” (SILVA, 2003, p.106).

Sabemos que a abolição de 13 de Maio de 1888 livrou os negros do tronco, deu-lhes liberdade, mas não os libertou da marginalização, porque a desigualdade racial os impedem de ter liberdade plena, de ter os mesmos direitos que os brancos. É grande a riqueza que o livro didático possui com este texto, por isso o autor poderia abordar o caráter humanitário porque já dissemos, o negro foi o único trabalhador maltratado, e quando o livro didático aborda essa questão dos escravos é quase sempre analisando o que era “bom e o que era ruim” para o homem. E o caráter econômico, que foi uma das consequências da libertação dos escravos, porque com a abolição dos escravos, muitos senhores de escravos viraram republicanos. O autor poderia abordar a violência com que eram tratados e que era considerada natural por todos, assim ninguém socorria a escrava ao vê-la sendo arrastada pelas ruas, implorando que a soltassem.

Vejamos: “Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia” (Assis, *online*, 2006). No entanto, ao invés de abordar a importância do negro e o sofrimento pelos quais ele passou e ainda passa, o livro silencia esse assunto e manda os alunos trabalharem o estilo do autor, resumir o conto, e fazer uma pesquisa sobre o autor (Machado de Assis). De acordo com Lopes (2006):

A naturalidade com que se opera o preconceito racial na nossa sociedade não está somente no plano da sociabilidade, mas também conta com suportes materiais para a sua veiculação. Na escola, os materiais didáticos e os conteúdos curriculares são um forte aliado da naturalização do preconceito e da discriminação racial. (LOPES, 2006, p.260).

No texto em análise podemos concordar com Lopes, pois os autores tratam o preconceito racial do conto com a maior naturalidade, acreditamos que este texto só deveria ser trabalhado no ensino fundamental e médio, se tivesse o objetivo de abordar essa questão, ou então deveriam procurar outro texto mais adequado para abordar o estilo do autor, porque após o texto, o autor sugere as seguintes atividades: “Releia o texto Pai contra Mãe, observando o estilo do autor”. Ao trabalhar um texto que aborda a escravidão, acreditamos que o autor teve uma ótima oportunidade de abrir espaço para uma discussão sobre a escravidão, falar como os negros contribuíram com seu trabalho na formação do país e abordar a importância de respeitá-los, com as suas diferenças. Na prática e produção de texto, os exercícios propostos são: “Faça um resumo do conto Pai contra Mãe” e ainda “Faça uma pesquisa sobre Machado de Assis e conheça melhor

esse grande escritor brasileiro.” Percebemos que os autores do livro em análise, ao trabalhar um conto de Machado de Assis, poderiam ter abordado a descendência africana do referido autor, mostrando que por ter a cor da pele diferente, o negro não é inferior ao branco, e uma prova disso são os escritores brasileiros descendentes de negros que venceram as desigualdades e são referências tais como: o próprio Machado de Assis, Cruz e Souza, Gonçalves Dias e tantos outros negros que contribuíram de forma positiva para a história do Brasil.

Em um texto como este, onde uma mulher negra sofre um aborto devido à violência com a que é tratada pelos brancos, as pessoas na rua acham tão normal ver uma negra grávida, amarrada com uma corda e arrastada pelas ruas, que ninguém se comove para ir ajudá-la. De acordo com Orlandi (1999, p.44) “Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.” No texto podemos perceber como a palavra filho significa diferente para o homem branco, pois Cândido Neves não quis entregar seu filho à uma entidade, no entanto, o filho da escrava não teve o mesmo valor para ele, e para nenhuma das pessoas que a viram sendo arrastada, correndo o risco de perder o filho, (como de fato o perdeu). É como se a escrava não tivesse por seu filho o mesmo amor que Cândido Neves tinha pelo filho dele, neste texto, a palavra filho não tem o mesmo significado, pois no período da escravidão os negros não tinham nem mesmo o direito de poder dar amor aos filhos, pois quando não os perdiam antes de nascer como acontece no conto, devido à violência que sofriam por parte dos brancos, outras vezes os donos deixavam as crianças nascerem e em seguida os vendiam, separando-os dos pais.

5 .UM NOVO OLHAR PARA OS AFRO-DESCENDENTES

A seguir analisaremos textos de livros didáticos, a unidade II, e algumas páginas do livro de História (2004), da 1ª série do ensino fundamental dos autores: Rosaly Braga de Chianca e Francisco M. P. Teixeira; editora Ática.

Nosso objeto de análise são textos que trazem o tema: Família. O que mais nos chamou a atenção foi o fato de que o livro traz uma família negra nessa unidade II e também em outras partes do livro, como na página 66 e 67, que traz a mesma família da unidade II, no tema Lembranças de família.

Percebemos que a seleção textual em análise está cumprindo a Lei 10.639/03, provavelmente devido a obrigatoriedade, mas o fato é que começamos a ver famílias negras ocupando as páginas dos livros didáticos, e felizmente ,desta vez, o negro não está no papel de escravo, ou de empregado, mas como uma família comum. Outro fato que merece ser destacado: o texto aborda o casamento entre raças diferentes, porque o marido de Ciça é branco e ela negra. Isso mostra que pode estar havendo uma nova conscientização, porque sempre existiu por parte de algumas pessoas a mentalidade preconceituosa de que branco só deve se casar com branco, e negro com negro.

Sabemos que não é por imposição de leis, mas a partir de uma nova educação e de uma mudança na mentalidade das pessoas de que nenhuma raça é superior à outra, que o preconceito poderá diminuir. Porque a lei pode amenizar o preconceito em relação à situação dos negros, mas ela não resolve de maneira nenhuma a exclusão racial, não exclui os danos morais e sociais que os negros sofrem com a discriminação, por isso é muito importante que convivam naturalmente com as diferenças.

Como dissemos os textos não trazem o negro no papel de escravo, e sim como personagem, no tema lembrança de família. Dona Josefa narra para os seus netos as “boas” e as más lembranças do tempo da escravidão, ela diz que a sua avó “costumava contar muitas histórias do tempo dos escravos e dizia que os negros eram proibidos de cantar na casa dos senhores. Então eles inventaram uma música, que era assim: Batuque na cozinha Sinhá não qué, Batuque na cozinha eu queimei meu pé”. Será que os negros realmente inventaram essa música

apenas por criatividade? Acreditamos que não, pois sabemos da violência que os antecedentes de Dona Zefa sofreram no período da escravidão. Essa música provavelmente evoca o que acontecia aos escravos que teimavam em cantar nas cozinhas das casas grandes, apesar de tudo que viviam, de não ter nem liberdade, ainda assim, os negros tinham muita alegria e ousadia, o que evidencia mais uma vez, a coragem que essa raça possui, porque passavam por tudo o que passavam (sabemos que a vida dos escravos era muito sofrida) e mesmo assim ainda encontravam motivo para cantar, para ser feliz, ainda que fosse escondido dos “seus senhores” porque até a alegria momentânea dos escravos incomodava os brancos carrascos. No entanto, quando a avó fala da proibição de se cantar ela remete a barbárie praticada contra essa raça, porque cantar é um comportamento próprio do ser humano e até isso os senhores brancos queriam silenciar nos negros.

A avó continua dizendo para os netos que não gostava de ouvir histórias desse tempo porque geralmente eram tristes, porque os negros daquela época tinham uma vida muito dura. Trabalhavam muitas horas por dia, se alimentavam mal e dormiam todos juntos no chão, num espaço apertado. De certa forma, o autor do livro, pela seleção textual efetuada, aborda os maus tratos sofridos pelos negros no período da escravidão de maneira mais sutil, pois tais lembranças se passam na memória de dona Zefa que, como dissemos anteriormente, tomou conhecimento dessas histórias dos escravos através de sua avó. Conforme Orlandi (1999), “Desse modo, ao fazermos essa “leitura” que estamos propondo, estamos procurando ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências”. Dona Zefa diz que apesar do sofrimento que os negros passavam tinha uma parte boa, que era quando a avó falava dos costumes africanos que eles praticavam, às escondidas, sempre que podiam. Nessas ocasiões, eles cantavam, dançavam e tocavam atabaques. Mais uma vez, Orlandi (1999) ressalta que: “A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica.” No texto em análise é possível percebermos qual era a realidade dos negros durante a escravidão. Mesmo usando muita sutileza para abordar o tema podemos ver a história significando.

Dona Zefa encerra o texto dizendo que “essas lembranças não se apagam da memória”. Não se apagam mesmo, porque ainda hoje, muitos anos após a escravidão, é preciso resgatar a história dos negros para entender o discurso de que o negro é inferior ao branco e de que ele é preguiçoso. De acordo com Orlandi (2002) “Dessa forma, podemos afirmar que a ideologia não

é ocultação, mas interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história”.

A abordagem sobre o negro ainda não é suficiente. Vimos que os materiais didáticos estão começando a trabalhar a imagem do negro, mas acreditamos que uma mudança qualitativa só ocorrerá no momento em que os livros didáticos propuserem aos alunos uma seleção textual que desencadeiem reflexões, discussões, palestras e debates sobre o tema da africanidade. É de fundamental importância que também a escola, os professores e os materiais didáticos estejam engajados nessa luta contra o preconceito. Silva (2003) ressalta que:

Livres dos açoites e das normas senhoriais, os negros e mestiços são ainda escravos da falta de consideração como seres humanos. De que valem leis que os protegem, se não há nos corações da sociedade branca a conscientização global do seu real valor? A conscientização de que são capazes, que têm desejos, aspirações e necessidades. A percepção da igualdade é o caminho mais bem traçado, para garantir a vitória dessa luta contra o preconceito. (SILVA, 2003, p.105).

Devemos considerar que, em consonância com os textos que analisamos, houve um pequeno avanço dos livros didáticos nos últimos tempos, porque antes os negros só apareciam quando se falava sobre a escravidão. Os autores começam a mostrar a família negra e algumas crianças negras brincando com as crianças brancas, mas ainda não é possível encontrarmos crianças negras como princesas ou como fadas, pois tais papéis exigem o “estereótipo” de crianças brancas. Acreditamos que as crianças negras precisam ter suas referências, ver sua raça valorizada, porque a criança se sentirá estimulada para seguir em frente, ela terá sua auto-estima elevada. Orlandi (2002), afirma que: “É uma forma de proteger sua identidade no senso comum, pois o estereótipo cria condições para que o sujeito não apareça, diluindo-se na universalidade indistinta.” (ORLANDI, 2002, p.129).

É de fundamental importância que haja textos que realizem essa abordagem no livro didático sobre as diferenças raciais, pois assim poderemos sonhar com um país em que a democracia racial deixe de ser apenas utopia. Porque precisamos acabar com o mito da democracia racial e acreditamos que a escola é uma grande parceira nessa luta pela igualdade racial de fato e de direito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a escola contribua de maneira eficaz é preciso que os educadores conheçam a história e a cultura dos africanos para desta forma garantir a permanência dos alunos negros na entidade escolar. Com a participação de toda a sociedade poderemos construir uma história mais bonita, desta vez com menos desigualdade e, portanto, com mais possibilidades de ascensão social para os negros. Uma história em que a criança negra tenha a oportunidade de ver sua raça bem representada nos livros didáticos, contudo é preciso que essas mudanças não aconteçam apenas nos livros didáticos como norma proposta pela Lei 10.639/03, mas em todos os outros livros usados em sala de aula, e que não haja mais silenciamento por parte dos professores, conforme o estudo apontado por Silva, o estudo mostra que há racismo em sala de aula, mas os professores não vêem, ou não sabe como lidar com ele, é de suma importância abordar o assunto sempre que necessário para que as crianças negras comecem a se identificar com a escola e que nela permaneçam até concluírem seus estudos.

É muito importante que essas mudanças nos materiais didáticos ocorram não somente pela obrigatoriedade da lei, mas que seja porque essa situação de preconceito racial tenha suscitado interesse e reflexões na nossa educação brasileira. Oliva (2006) ressalta que:

É preciso olhar mais de perto as experiências que essas crianças e jovens vivenciam. A escola precisa aprender, para assim propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental dos negros e mestiços em nossa sociedade e, com isso, proporcionar, no currículo cotidiano, outros encontros identitários, mas desta vez, de inclusão de sucesso e, portanto, de aprendizagens positivas. (OLIVA, *on-line*, p.17).

Temos outro fator que deverá contribuir para que o ensino da História e Cultura Afro - Brasileira e Africana sejam cumpridos, o Conselho Estadual de Educação (CEE), por meio da Resolução n.º. 204, de 10 de Outubro de 2006, determina que a partir do próximo ano letivo (2007), em todas as escolas de Educação Básica de Mato Grosso, tanto as escolas públicas (municipais e estaduais), quanto as privadas deverão cumprir a lei 10.639/03.

Depois de todas essas determinações sobre a história do negro acreditamos que essa luta não será resolvida tão facilmente só por determinação da Lei, no entanto precisamos continuar a luta em busca de um país onde todos tenham as mesmas oportunidades. Precisamos acreditar que

o silenciamento vai diminuir e que em breve teremos uma nova realidade na vida dos Afro-descendentes, desta vez com o negro ocupando mais espaços na sociedade.

Orlandi (2002, p.70) ressalta: “Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante.” (ORLANDI, 2002, p.70).

Esperamos que esse silêncio sobre a história do negro tenha chegado ao fim e que todos os negros possam sentir que fazem parte da história desse país, não nos referimos à história dos negros enquanto escravos, mas como cidadãos, como sujeitos históricos, integrados em uma sociedade da qual já deveriam estar integrados desde que chegaram ao Brasil.

Sabemos que é muito importante para as crianças negras sentir prazer na leitura, ao ver sua raça representada de forma positiva nos livros. Por exemplo: os livros não trazem reis, rainhas e príncipes negros, e só depois da lei 10.639/03, começamos a ver famílias negras e felizes nos livros didáticos. Bencini (*on-line*, 2006) afirma que “Sentimento de inferioridade e auto-rejeição são as conseqüências mais comuns na auto-estima de quem não se reconhece nas histórias contadas na escola.” (BENCINI, *on-line*, 2006).

Nas páginas 66 e 67 do livro onde estão os textos em análise, o tema abordado é: Lembranças de Família. Nesse texto, os autores colocam a mesma família negra reunida e a personagem dona Zefa, contando para seus netos Carol e Caco como conheceu o avô das crianças e histórias do tempo dos escravos. Dona Zefa diz: “Eu não gostava muito de ouvir histórias desse tempo porque geralmente eram tristes: Os negros daquela época tinham uma vida muito dura”. (p.67).

E a avó afirma que no tempo da escravidão tinha uma parte boa, que era quando se falava dos costumes africanos que os negros praticavam às escondidas: eles cantavam, dançavam e tocavam atabaques. E então a avó confessa saudosa que “essas lembranças não se apagam da memória.” (p.67). Após essa análise, percebemos que uma parte da lei começa a ser cumprida, pelo menos nos livros didáticos de história, mas esperamos em breve vê-la cumprida em todos os sentidos, e sonhamos com o dia em que não necessitaremos mais de leis para que todos tenham seus direitos respeitados naturalmente.

A imagem que temos de que o Brasil é o país da democracia racial, conforme alguns autores, isso não passa de “utopia.” Mas esperamos que em breve possamos ter um país onde as

peças tenham menos preconceito com relação às diferenças, tanto racial, social, enfim, com todas as diferenças que temos.

Para que isso aconteça, a escola tem um importante papel nesse debate, precisamos que os professores não silenciem diante de atitudes preconceituosas e que promovam através das práticas pedagógicas, a igualdade racial.

É muito comum ouvirmos que o Brasil é o país com maior tolerância racial, mas o ideal é que não seja preciso tolerância, e sim respeito às diferenças raciais, mesmo porque o negro não veio para o Brasil por livre e espontânea vontade, ao contrário, veio como escravo passou por todas as formas de discriminação, aliás, passou e ainda passa, isso porque mesmo na atualidade, não podemos considerar que ocorreram grandes mudanças, haja vista que aos negros não são oferecidas as mesmas oportunidades dos brancos. Vale ressaltar também que a questão racial está vinculada à questão social, porque a maioria dos negros não consegue ascender socialmente, pois quase sempre ser negro é sinônimo de pobreza.

Acreditamos que se vivemos em um país multirracial, em que cada uma dessas raças contribui para enriquecer nossa cultura e para o desenvolvimento do país, não podemos discriminar as pessoas só por terem a pele escura.

O governo cria leis para diminuir o preconceito, mas enquanto a sociedade não se mobilizar para desenvolver uma cultura de bom convívio com as diferenças, não há lei que ponha fim ao preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Márcia Moura Brito. **Histórias infantis rimam com teatro e respeito às diferenças.** Revista do Professor, Porto Alegre 2003, p. 36-7.

BENCINI, Roberta. **Porque os heróis nunca são negros?** Disponível em <http://www.educacaopublica.ri.gov.br/biblioteca/documentos/doc13d.htm> acesso em 16/11/2006.

CAIXETA, Gilberto, **Reflexões e propostas.** In Negro e educação. In Centro Nacional de Cidadania Negra - CENEG.

CARNEIRO, Maria Luiza T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade.** São Paulo Ática, 1998, p 5-8(Coleção História e Movimento.)

CHIANCA, Rosaly Braga e TEIXEIRA, Francisco M. P. **História.** São Paulo: Ática, 2001. (Pensar e viver),

DIREITOS HUMANOS - negro e educação: construindo a igualdade racial no Brasil. CENEG (Centro Nacional de Cidadania Negra) Intergraff Editora, 2003 Uberaba/MG.

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Escolas serão obrigadas a oferecer história e cultura afro-brasileira e africana Disponível em <http://www.seduc.mt.gov.br/conteúdo>. Acesso em 25/10/2006.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático.** Cortez. São Paulo – SP, 1995.

GÓIS, Antonio. **Racismo expulsa criança negra da escola.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff253200218.htm>. Acesso em 25/ 03/ 2002.

LOPES, Ana Lúcia. **Currículo, escola e identidades a prática pedagógica e a construção de identidades.** In Educação africanidades Brasil, 2006.

_____. **Currículo, escola e relações étnico-raciais.** In Educação africanidades Brasil, 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectiva.** In Educação Africanidades Brasil.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** – Campinas, SP: Editora Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 5 ed. – Campinas, SP: Editora Campinas, 2002.

ROSANE, Rosa e Silva. **Vencendo barreiras, retendo preconceitos.** In Centro Nacional de Cidadania Negra - CENEG

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei N.º 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro.** In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Brasília, 2005.

SILVA, Antônio de Siqueira e BERTOLIN Rafael. **Curso completo de português.** IBEP.1999.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** In Superando o racismo na escola, Brasília, 2005.

ANEXOS

Eu, minha família e minha história

Todos nós temos uma família e uma história.



STUDIO DDTA JR.

Carol



STUDIO DDTA JR.

Caco

Estes são os pais de Carol e Caco.

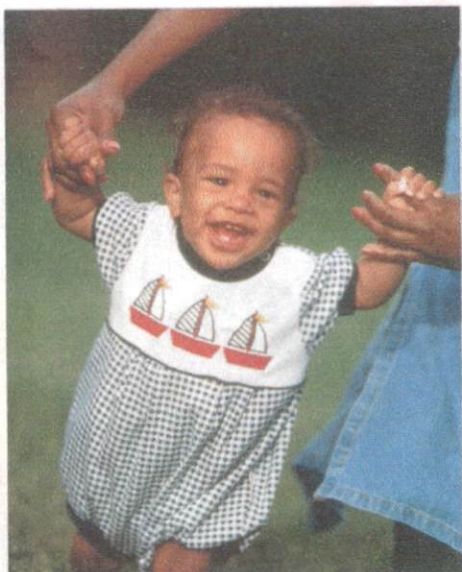
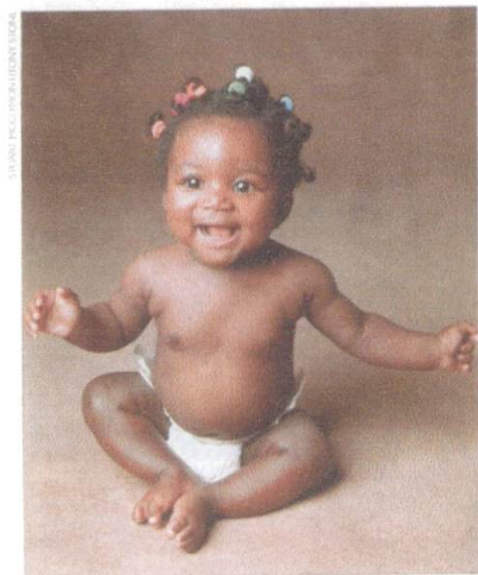


STUDIO DDTA JR.

Toninho

Ciza

Estes são Carol e Caco quando eram bem pequenos.



Estas são fotos antigas de família.



Lembranças de família

As pessoas costumam ter lembranças do passado. E quanto mais elas vivem, mais histórias têm para contar...

Leia a história que dona Zefa contou para seus netos, Carol e Caco.

Minha família é descendente de escravos.

Minha mãe, Anastácia, bisavó de vocês, era neta de escravos.

Na época dos meus avós, felizmente, já não havia mais escravidão...

Minha mãe nasceu numa cidadezinha do interior.

Aí ela conheceu meu pai, Sebastião, o bisavô de vocês.

Eles se casaram e tiveram quatro filhos, dois homens e duas mulheres: Benedito, Pedro, Francisca e eu, a caçula.

Com 18 anos eu conheci o avô de vocês, Fabrício. Algum tempo depois, nós nos casamos e viemos morar nesta cidade.

Tivemos duas filhas, a Cecília e a Isabel.

Tenho muitas lembranças da minha avó Joana, que morava lá em casa quando eu era criança.

Todas as noites era ela quem me levava para dormir, me contava histórias e cantava cantigas de ninar.



Minha avó conhecia muitas histórias e lendas: do Saci-pererê, da Iara, do Curupira, do Negrinho do Pastoreio e várias outras... Minha personagem preferida era a Cuca, que tinha cara de jacaré e garras nos dedos. Minha avó dizia que ela tinha mais de três mil anos e só dormia uma noite a cada sete anos!

Ela costumava me contar muitas histórias do tempo dos escravos e dizia que os negros eram proibidos de cantar na casa dos senhores. Então, eles inventaram uma música, que era assim:

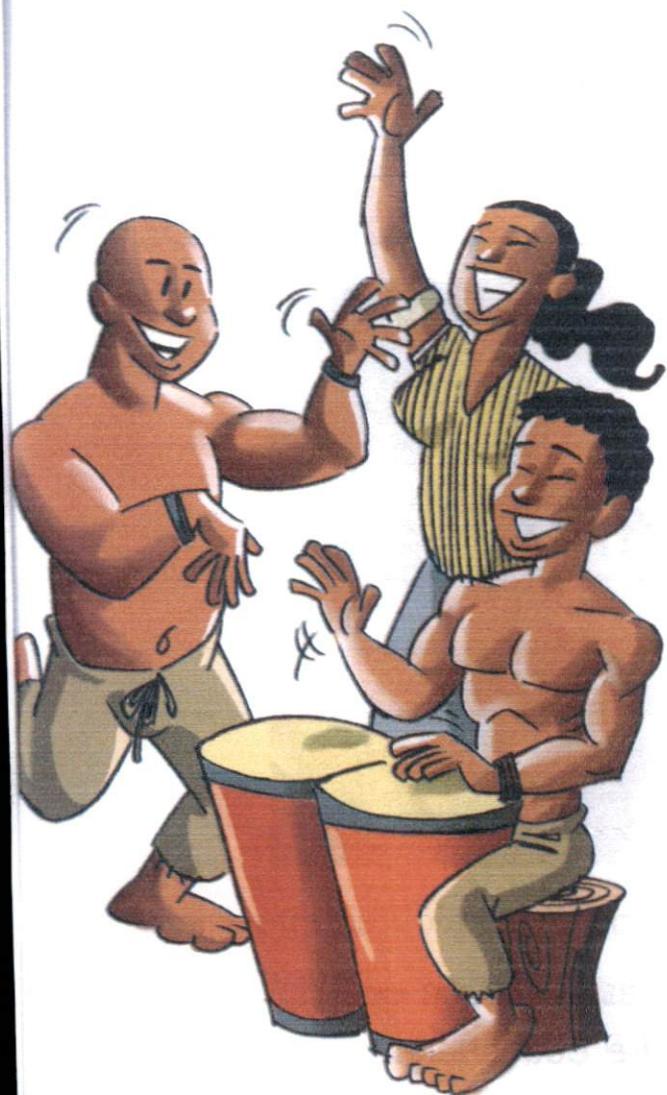
*Batuque na cozinha Sinhá não qué,
Batuque na cozinha eu queimei meu pé.*

Eu não gostava muito de ouvir histórias desse tempo porque geralmente eram tristes. Os negros daquela época tinham uma vida muito dura.

Trabalhavam muitas horas por dia, se alimentavam mal e dormiam todos juntos no chão, num espaço apertado.

Mas tinha uma parte boa, que era quando ela falava dos costumes africanos que eles praticavam, às escondidas, sempre que podiam. Nessas ocasiões, eles cantavam, dançavam e tocavam atabaques.

Essas lembranças não se apagam da memória...



Texto B

O conto Pai contra Mãe narra a história de Cândido Neves que, ameaçado de despejo, sem as mínimas condições financeiras para criar o filho recém-nascido, vai, através de anúncios, à procura de uma escrava fugitiva, para receber uma boa gratificação caso a encontre e, assim, livrar-se do desespero de ter de doar o filho a uma entidade que pudesse criá-lo.

PAI CONTRA MÃE



(...) A ternura dos dois foi interrompida por alguém que batia à porta da rua.

— Quem é? perguntou o marido.

— Sou eu.

Era o dono da casa, credor de três meses de aluguel, que vinha em pessoa ameaçar o inquilino. Este quis que ele entrasse.

— Não é preciso...

— Faça o favor...

O credor entrou e recusou sentar-se; deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à **penhora**; achou que pouco. Vinha receber os aluguéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para **regalo** dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; mas a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a **retorquir**.

Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

— Cinco dias ou rua! repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo. (...)

Tia Mônica insistiu em dar a criança à Roda. "Se você não a quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbons." Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a levaria. Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas como chovesse à noite, **assentou** o pai levá-lo à Roda na noite seguinte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata: vinham indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abriu mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um grande esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Largo da Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma **onça** de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata. (...)

Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbonos.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que lhe cobria o rosto para **preservá-lo** do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

— Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher: era a mulata fugida. Não dou aqui a **comoção** de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

— Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de São José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

— Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

— Siga! repetiu Cândido Neves.

— Me solte!

— Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites — coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves. (...)

— Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

— É ela mesma.

— Meu senhor!

— Anda, entra.

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. (...)

Excertos do conto *Pai contra Mãe*.

Penhora: apreensão judicial de bens.

Regalo: vida tranqüila.

Retorquir: responder.

Assentou: prometeu.

Onça: peso antigo equivalente a quase 30 gramas.

Preservar: proteger.

Comoção: emoção forte, abalo.

Açoites: chicotadas.

PAI CONTRA MÃE'

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de Flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço, era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raros, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde

andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", — ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Cândido Neves, — em família, Candinho, — é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo. Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos.

Quando veio a paixão da moça Clara, não tinha ele mais que dívidas, ainda que poucas, porque morava com um primo, entalhador de ofício. Depois de várias tentativas para obter emprego, resolveu adotar o ofício do primo, de que aliás já tomara algumas lições. Não lhe custou apanhar outras, mas, querendo aprender depressa, aprendeu mal. Não fazia obras finas nem complicadas, apenas garras para sofás e relevos comuns para cadeiras. Queria ter em que trabalhar quando casasse, e o casamento não se demorou muito.

Contava trinta anos, Clara vinte e dois. Ela era órfã, morava com uma tia, Mônica, e cosia com ela. Não cosia tanto que não namo-

rasse o seu pouco, mas os namorados apenas queriam matar o tempo; não tinham outro empenho. Passavam às tardes, olhavam muito para ela, ela para eles, até que a noite a fazia recolher para a costura. O que ela notava é que nenhum deles lhe deixava saudades nem lhe acendia desejos. Talvez nem soubesse o nome de muitos. Queria casar, naturalmente. Era, como lhe dizia a tia, um pescar de caniço, a ver se o peixe pegava, mas o peixe passava de longe; algum que parasse, era só para andar à roda da isca, mirá-la, cheirá-la, deixá-la e ir a outras.

O amor traz sobrescritos. Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único. O encontro deu-se em um baile; tal foi — para lembrar o primeiro officio do namorado, — tal foi a página inicial daquele livro, que tinha de sair mal composto e pior brochado. O casamento fez-se onze meses depois, e foi a mais bela festa das relações dos noivos. Amigas de Clara, menos por amizade que por inveja, tentaram arredá-la do passo que ia dar. Não negavam a gentileza do noivo, nem o amor que lhe tinha, nem ainda algumas virtudes; diziam que era dado em demasia a patuscadas.

— Pois ainda bem, replicava a noiva; ao menos, não caso com defunto.

— Não, defunto não; mas é que...

Não diziam o que era. Tia Mônica, depois do casamento, na casa pobre onde eles se foram abrigar, falou-lhes uma vez nos filhos possíveis. Eles queriam um, um só, embora viesse agravar a necessidade.

— Vocês, se tiverem um filho, morrem de fome, disse a tia à sobrinha.

— Nossa Senhora nos dará de comer, acudiu Clara.

Tia Mônica devia ter-lhes feito a advertência, ou ameaça, quando ele lhe foi pedir a mão da moça; mas também ela era amiga de patuscadas, e o casamento seria uma festa, como foi.

A alegria era comum aos três. O casal ria a propósito de tudo. Os mesmos nomes eram objeto de trocados, Clara, Neves, Cândido; não lavam que comer, mas davam que rir, e o riso digería-se sem esforço. Ela sosia agora mais, ele saía a empreitadas de uma coisa e outra; não tinha emprego certo.

Nem por isso abriam mão do filho. O filho é que, não sabendo daquele desejo específico, deixava-se estar escondido na eternidade. Um dia, porém, deu sinal de si a criança; varão ou fêmea, era o fruto abençoado que viria trazer ao casal a suspirada ventura. Tia Mônica ficou desorientada, Cândido e Clara riram dos seus sustos.

— Deus nos há de ajudar, titia, insistia a futura mãe.

A notícia correu de vizinha a vizinha. Não houve mais que espreitar a aurora do dia grande. A esposa trabalhava agora com mais vontade, e assim era preciso, uma vez que, além das costuras pagas, tinha de ir fazendo com retalhos o enxoval da criança. À força de pensar nela, vivia já com ela, media-lhe fraldas, cosia-lhe camisas. A porção era escassa, os intervalos longos. Tia Mônica ajudava, é certo, ainda que de má vontade.

— Vocês verão a triste vida, suspirava ela.

— Mas as outras crianças não nascem também? perguntou Clara.

— Nascem, e acham sempre alguma coisa certa que comer, ainda que pouco...

— Certa como?

— Certa, um emprego, um ofício, uma ocupação, mas em que é que o pai dessa infeliz criatura que aí vem gasta o tempo?

Cândido Neves, logo que soube daquela advertência, foi ter com a tia, não áspero, mas muito menos manso que de costume, e lhe perguntou se já algum dia deixara de comer.

— A senhora ainda não jejuou senão pela semana santa, e isso mesmo quando não quer jantar comigo. Nunca deixamos de ter o nosso bacalhau...

— Bem sei, mas somos três.

— Seremos quatro.

— Não é a mesma coisa.

— Que quer então que eu faça, além do que faço?

— Alguma coisa mais certa. Veja o marceneiro da esquina, o homem do armarinho, o tipógrafo que casou sábado, todos têm um emprego certo... Não fique zangado; não digo que você seja vadio, mas a ocupação que escolheu é vaga. Você passa semanas sem vintém.

— Sim, mas lá vem uma noite que compensa tudo, até de

guéis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao

P A I C O N T R A M ã E

capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem.

— É o que lhe faltava! exclamou a tia Mônica, ao vê-lo entrar, e depois de ouvir narrar o equívoco e suas conseqüências. Deixei-se disso, Candinho; procure outra vida, outro emprego.

Cândido quisera efetivamente fazer outra coisa, não pela razão do conselho, mas por simples gosto de trocar de ofício; seria um modo de mudar de pele ou de pessoa. O pior é que não achava à mão negócio que aprendesse depressa.

A natureza ia andando, o feto crescia, até fazer-se pesado à mãe, antes de nascer. Chegou o oitavo mês, mês de angústias e necessidades, menos ainda que o nono, cuja narração dispenso também. Melhor é dizer somente os seus efeitos. Não podiam ser mais amargos.

— Não, tia Mônica! bradou Candinho, recusando um conselho que me custa escrever, quanto mais ao pai ouvi-lo. Isso nunca!

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dois jovens que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, gordar, pular... Enjeitar quê? enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar.

A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente. Clara interveio:

— Titia não fala por mal, Candinho.

— Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o pai tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este, ou maior. Este será bem criado, sem lhe falhar nada. Pois então a Roda é alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se vir a míngua. Enfim...

Tia Mônica terminou a frase com um gesto de ombros, deu as

crise, começasse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. Ouvia as lições de Clara, sem as repetir, é certo, mas sem as consolar. No dia em que fossem obrigados a deixar a casa, fá-los-ia espantar com a notícia do filho e iriam dormir melhor do que cuidassem.

Assim sucedeu. Postos fora da casa, passaram ao aposento de família e dois dias depois nasceu a criança. A alegria do pai foi enorme, e a mãe também. Tia Mônica insistiu em dar a criança à Roda. "Se você não quer levar, deixe isso comigo; eu vou à Rua dos Barbonos."

Cândido Neves pediu que não, que esperasse, que ele mesmo a criaria. Notai que era um menino, e que ambos os pais desejavam justamente este sexo. Mal lhe deram algum leite; mas, como chovesse à noite, levou o pai levá-lo à Roda na noite seguinte.

Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita em escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulatinha com indicações de gesto e de vestido. Cândido Neves andara a pesquisar a sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio; imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido. Agora, porém, a vista nova da quantia e a necessidade dela animaram Cândido Neves a fazer um esforço derradeiro. Saiu de manhã a ver e indagar pela Rua e Lapa, Rua Carioca, Rua do Parto e da Ajuda, onde ela parecia andar, segundo o anúncio. Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à escrava que tinha os sinais indicados. Cândido Neves parecia falar como o dono da escrava, e agradeceu cortesmente a notícia. Não foi mais feliz com outros fugidos de gratificação incerta ou barata.

Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjava de si mesmo a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal podia suportar a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardava; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue em que vivia. Consultou a mulher, que se mostrou resignada. Tia Mônica

pintara-lhe a criação do menino: seria maior miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso. Cândido Neves foi obrigado a cumprir a promessa; pediu à mulher que desse ao filho o resto do leite que ele beberia da mãe. Assim se fez; o pequeno adormeceu, o pai pegou dele, e saiu na direção da Rua dos Barbonos.

Que pensasse mais de uma vez em voltar para casa com ele, é certo; não menos certo é que o agasalhava muito, que o beijava, que lhe cobria o rosto para preservá-lo do sereno. Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.

— Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.

Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida. Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme. Descendo a mulher, desceu ele também; a poucos passos estava a farmácia onde obtivera a informação, que referi acima. Entrou, achou o farmacêutico, pediu-lhe a fineza de guardar a criança por um instante; viria buscá-la sem falta.

— Mas...

Cândido Neves não lhe deu tempo de dizer nada; saiu rápido, atravessou a rua, até ao ponto em que pudesse pegar a mulher sem dar alarma. No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

— Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria

tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

— Siga! repetiu Cândido Neves.

— Me solte!

— Não quero demoras; siga!

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, — coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

— Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? perguntou Cândido Neves.

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes coisas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

— Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.

— É ela mesma.

— Meu senhor!

— Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem,

urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as conseqüências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enjeitados, mas para a casa de empréstimo, com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

— Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.

